



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
 Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2018
-------------	-------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR PAULO PIMENTA
--------------------	------------------------------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
---------------------------	------------------

MODALIDADE:	SEMPRESENCIAL
--------------------	----------------------

UNIDADE CORRECIONADA	VARA DO TRABALHO DE CERES
-----------------------------	----------------------------------

DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	25/11/1992
----------------------------------	-------------------

JUIZ TITULAR:	MARIA DAS GRAÇAS GONÇALVES OLIVEIRA
----------------------	--

TITULAR DESDE:	24/01/2013
-----------------------	-------------------

DATA DE INSTALAÇÃO PJE:	23/03/2015
--------------------------------	-------------------

PERÍODO CORRECIONADO:	01/09/2017 a 30/06/2018
------------------------------	--------------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Alisson Moura Ludovice	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2015	2016	2017	2018**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.849	1.545	1.817	647
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.024	1.954	2.203	680
3	Produção	55%	126%	121%	105%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	995	1.357	2.222	960
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	990	586	199	169
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.388	1.565	1.120	799
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	29%	27%	22%	33%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	49%	23%	8%	19%
9	Execuções iniciadas	281	460	651	429
10	Execuções encerradas	493	224	483	485
11	Execuções baixadas	513	194	482	497
12	Execuções pendentes de encerramento	173	429	762	401
13	Execuções pendentes de baixa	377	445	798	614
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	250	254	266	426
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	72%	73%	73%	81%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	46%	75%	64%	67%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	40%	39%	41%	41%
18	Índice de conciliação da unidade	41%	26%	31%	34%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2018 referem-se aos meses de janeiro a junho.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	MARIA DAS GRAÇAS GONÇALVES OLIVEIRA
---------------------	--

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X		

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
--	----------

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	-	-

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário	X	

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	148
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	63

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	445
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	164
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

* Dado apurado em 25/04/2018.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correccionado	32
--	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	36	0
Sentença na fase executória	8	0
Embargos de declaração	8	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	69	36
Ordinário	143	103

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo	5	10
Ordinário	18	20

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado
	1	0

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado
	5	5

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	3	4
Atualização de cálculos	3	1
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	6	7

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correccionado
Sumaríssimo	26	23
Ordinário	76	44

* Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

* A última visita correcional foi realizada nos dias 19 e 20 de setembro e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 01/10/2016 e 31/08/2017.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Jânio da Silva Carvalho	Diretor de Secretaria	Efetivo
Aline Patrícia Dias e Silva	Assistente de Juiz	Efetiva
Antônio Gomes Júnior		Efetivo
Emmanuel José R. O Lopes	Oficial de Justiça	Efetivo
Jackeline Vinhal Pereira Bento	Assistente de Juiz	Efetiva
Jaqueline Palasios Mello		Efetiva
João César Huppés	Assistente de Diretor	Efetivo
José Eugênio de Cirqueira Neto	Agente de Segurança	Efetivo
Larissa Barbosa Lemos		Efetiva
Moisés Araújo Dantas	Assistente II	Efetivo
Ruth Lemes de Jesus Marques	Secretária de Audiências	Efetiva
Valdir Rodrigues da Silva	Secretário de Audiências	Cedido Municipal

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	16
Notebooks	2
Impressoras	1
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	2

4.1.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução encerrada, arquivamento provisório e arquivamento definitivo, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correccionado?	X		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	X		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial, sem a prévia intimação da parte para manifestação (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	X		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	X		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	X		Portaria 001/2013
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?		X	
12	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As audiências de conciliação, unas e de instrução estão sendo designadas para o mês de agosto/2018.
13	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial?	X		
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	X		
16	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	X		
18	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X		
19	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
20	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	X		
21	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	X		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “j” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		
23	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	X		
24	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, previstos na Recomendação TRT 18ª SCR nº 01/2018 antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A, CLT) ?		X	
26	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
27	O Juízo aplica a prescrição intercorrente nas execuções decorrentes de créditos trabalhistas e previdenciários?	X		
28	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
29	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	X		
30	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	X		
31	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	X		Antônio Gomes Júnior – Portaria 3/2013; Jackeline V. P. Bento – Portaria 1/2015; Moisés Araújo Dantas – Portaria 2/2015.
32	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.		X	

6 – CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB			X
CONECTIVIDADE/CEF	X		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	X		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		X	

6.2 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	SISTEMA BACENJUD 2.0 Quantidade de bloqueios comandados no período correccionado: Novembro de 2017 a Abril de 2018	
	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados
Grupo de 1501 a 2000 processos		
2ª VT DE APARECIDA DE GOIÂNIA	51484	125115
2ª VT DE RIO VERDE	45672	92792
1ª VT DE APARECIDA DE GOIÂNIA	28729	55896
VT DE CALDAS NOVAS	28002	64310
3ª VT DE RIO VERDE	24828	46411
3ª VT DE ANÁPOLIS	23108	50860
2ª VT DE ITUMBIARA	21670	58612
1ª VT DE RIO VERDE	19719	75768
4ª VT DE ANÁPOLIS	19358	37791
4ª VT DE RIO VERDE	17636	34071
VT DE JATAÍ	16928	35677
1ª VT DE ANÁPOLIS	16758	34009
2ª VT DE ANÁPOLIS	16463	67397
VT DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	12292	25655
VT DE QUIRINOPOLIS	7357	15765
3ª VT DE APARECIDA DE GOIÂNIA	5651	7694
VT DE MINEIROS	4898	5380
1ª VT DE ITUMBIARA	4288	9897
VT DE GOIÁS	4114	8506
VT DE CERES	2310	3862

* Dados extraídos do sistema BACENJUD 2.0/relatórios gerenciais, em 18/05/2018.

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correção do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1- Que o Juízo se abstenha de extinguir os processos sem resolução do mérito, quando houver divergência dos dados cadastrados no sistema de processo eletrônico (PJe) com aqueles informados na petição inicial, sem oportunizar à parte o fornecimento de elementos necessários à retificação, nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 19 da Resolução 185/2017 do CSJT, destacando-se que, por ora, o sistema PJe não permite que tal retificação seja feita pelo usuário externo, circunstância que exigirá a retificação, enquanto perdurar tal situação, pela Secretaria da Vara. O Desembargador-Corregedor constatou a extinção de processos, sem resolução de mérito, em decorrência do preenchimento incompleto de dados no sistema informatizado PJe, conforme apurado no item 7.1 – 4 do Relatório de Correição.	X		
7.1.2 - A observância das disposições contidas no artigo 81 do PGC, fazendo constar nos textos das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, além dos esclarecimentos acerca da importância do cumprimento das obrigações previdenciárias, da necessidade de envio de informações à Previdência Social, da possibilidade de parcelamento do débito junto à Secretaria da Receita Federal, bem como a determinação para que seja comprovada nos autos a entrega da GFIP, sob pena de expedição de ofício à Receita Federal do Brasil, nos termos do artigo 177, § 4º do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 2 do Relatório de Correição;	X		
7.1.3 - Com relação à observância da Recomendação TRT 18ª SCR nº 1/2014, de 3/07/2014, que dispõe acerca dos recolhimentos dos depósitos judiciais, provenientes de acordo homologado, em conta judicial e dá outras providências, o Desembargador-Corregedor concitou a Juíza atuante nesta unidade a privilegiar o recolhimento dos acordos em conta judicial, conforme apurado no item 7.2 – 7 do Relatório de Correição;	X		

7.1.4 - Que a Secretaria da Vara do Trabalho expeça ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP, cumprindo determinação contida no artigo 177, § 4º, do PGC. Por outro lado, na hipótese de homologação de acordo com discriminação de verbas de natureza unicamente indenizatória, deverá o juízo abster-se de tal ato em razão da não incidência de contribuição previdenciária (item 7.2 – 8 e 11 do Relatório de Correição);	X		
7.1.5 - Que a unidade obedeça à estrutura mínima e sequencial de atos de execução, de ofício, antes do arquivamento dos autos, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (que substituiu a Recomendação nº 1/2011 da CGJT), inclusive com a expedição de mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, conforme apurado no item 7.2 – 15 do Relatório de Correição;		X	
7.1.6 - A utilização efetiva (diária) da ferramenta SABB, visando melhor desempenho da unidade na fase executória.		X	

7.2 – Constatções decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados e analisados em 17/05/2018, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOOrd-0010199-71.2016.5.18.0171; RTOOrd-0010420-88.2015.5.18.0171; RTOOrd-0010141-05.2015.5.18.0171; RTSum-0010005-08.2015.5.18.0171; RTSum-0010791-18.2016.5.18.0171; RTOOrd-0011266-71.2016.5.18.0171; RTSum-0010151-15.2016.5.18.0171 e RTAlç-0010796-06.2017.5.18.0171).
2	Nos processos a seguir relacionados e analisados em 17/05/2018, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010199-71.2016.5.18.0171; RTOOrd-0010420-88.2015.5.18.0171; RTOOrd-0010141-05.2015.5.18.0171; RTSum-0010005-08.2015.5.18.0171; RTSum-0010791-18.2016.5.18.0171; RTOOrd-0011266-71.2016.5.18.0171; RTSum-0010151-15.2016.5.18.0171 e RTAlç-0010796-06.2017.5.18.0171).
3	Nos processos a seguir relacionados, com SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0011460-37.2017.5.18.0171; RTOOrd-0011665-66.2017.5.18.0171; RTOOrd-0011255-08.2017.5.18.0171; RTSum-0011046-39.2017.5.18.0171; RTOOrd-0010361-95.2018.5.18.0171; RTAlç-0011630-09.2017.5.18.0171; RTSum-0010302-10.2018.5.18.0171 e RTSum-0010269-20.2018.5.18.0171).
4	Nos processos a seguir relacionados, com SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum-0011460-37.2017.5.18.0171; RTOOrd-0011665-66.2017.5.18.0171 e RTSum-0011046-39.2017.5.18.0171).
5	Nos processos a seguir relacionados, com SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que houve a extinção dos processos em virtude da ordem em que o documento da petição inicial foi anexada no sistema (processos: RTOOrd-0011501-04.2017.5.18.0171; RTSum-0010039-75.2018.5.18.0171 e RTOOrd-0010019-84.2018.5.18.0171).
6	Nos processos a seguir relacionados e analisados em 18/05/2018, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177, do mesmo diploma normativo (processos: RTOOrd-0011010-31.2016.5.18.0171; RTSum-0010015-47.2018.5.18.0171 e RTOOrd-0010271-87.2018.5.18.0171).
7	Nos processos a seguir relacionados e analisados em 18/05/2018, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0011897-78.2017.5.18.0171; RTSum-0011824-09.2017.5.18.0171; RTOOrd-0011770-43.2017.5.18.0171; RTSum-0011876-05.2017.5.18.0171; RTOOrd-0011010-31.2016.5.18.0171; RTSum-0010015-47.2018.5.18.0171 e ConPag-0010337-67.2018.5.18.0171).
8	Nos processos a seguir relacionados e analisados em 18/05/2018, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados (processos: RTSum-0011897-78.2017.5.18.0171; RTSum-0011824-09.2017.5.18.0171; RTOOrd-0011770-43.2017.5.18.0171 e RTSum-0011876-05.2017.5.18.0171).
9	Nos processos a seguir relacionados, que foram submetidos ao NÚCLEO PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho intima as partes para AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO, lançando no sistema PJe o movimento: audiência de conciliação em conhecimento realizada. Não havendo conciliação, é designada audiência UNA, onde são aplicadas as cominações previstas no artigo 844 da CLT. A audiência é realizada sob a condução do servidor da VT; em seguida, o termo de intermediação é remetido ao magistrado para deliberação, tudo conforme Portaria VT CERES nº 01/2013. Contudo, foi constatado, também, que a Secretaria da VT intima o reclamante para a audiência de tentativa de conciliação, sob as cominações do art. 844 da CLT, em desconformidade com o art. 1º do Provimento TRT 18ª SCR nº 01/2013, uma vez que tais audiências não contam com a presença do juiz competente (processos: RTSum-0010250-14.2018.5.18.0171; RTSum-0010097-78.2018.5.18.0171; RTSum-0010434-67.2018.5.18.0171 e RTSum-0010298-70.2018.5.18.0171).
10	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 17/05/2018, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.

Item	Constatações
11	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, aplica a prescrição intercorrente ante a omissão do exequente em indicar meios para o prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A, § 1º, da CLT (processos: RTSum-0010158-07.2016.5.18.0171; RTOOrd-0011017-23.2016.5.18.0171; RTOOrd-0011185-25.2016.5.18.0171 e RTSum-0010013-48.2016.5.18.0171).
12	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE" para controle do prazo da prescrição intercorrente (processos: RTSum-0010158-07.2016.5.18.0171; RTOOrd-0011017-23.2016.5.18.0171; RTOOrd-0011185-25.2016.5.18.0171 e RTSum-0010013-48.2016.5.18.0171).
13	Nos processos a seguir relacionados e analisados em 23/05/2018, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: RTAlç-0011423-10.2017.5.18.0171; RTOOrd-0010141-05.2015.5.18.0171; RTSum-0010151-15.2016.5.18.0171 e RTAlç-0010796-06.2017.5.18.0171).
14	Nos processos a seguir relacionados e analisados em 23/05/2018, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0011122-34.2015.5.18.0171; RTOOrd-0010179-80.2016.5.18.0171; RTAlç-0011423-10.2017.5.18.0171; RTOOrd-0010141-05.2015.5.18.0171; RTSum-0010151-15.2016.5.18.0171 e RTAlç-0010796-06.2017.5.18.0171).
15	Nos processos a seguir relacionados e analisados em 23/05/2018, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 6º do referido artigo (processos: RTOOrd-0010179-80.2016.5.18.0171; RTAlç-0011423-10.2017.5.18.0171; RTOOrd-0010141-05.2015.5.18.0171; RTSum-0010151-15.2016.5.18.0171 e RTAlç-0010796-06.2017.5.18.0171).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe os movimentos referentes ao início e fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0010439-60.2016.5.18.0171; RTOOrd-0011600-08.2016.5.18.0171; RTSum-0011620-33.2015.5.18.0171; RTSum-0010319-17.2016.5.18.0171; RTOOrd-0011581-36.2015.5.18.0171; RTOOrd-0010614-20.2017.5.18.0171; RTSum-0010402-96.2017.5.18.0171 e RTSum-0010033-39.2016.5.18.0171).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, independentemente de requerimento da parte. Constatou-se, ainda, que a Vara do Trabalho NÃO UTILIZA outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação, CUMPRINDO EM PARTE, assim, o disposto na Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTSum-0011071-52.2017.5.18.0171; RTSum-0011234-32.2017.5.18.0171 e RTOOrd-0011185-25.2016.5.18.0171).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera o valor do depósito recursal ao exequente imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTSum-0010319-17.2016.5.18.0171 e RTSum-0010775-98.2015.5.18.0171).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO INTIMA as partes para manifestação acerca da conta de liquidação, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 879 da CLT (processos: RTSum-0010439-60.2016.5.18.0171; RTOOrd-0011600-08.2016.5.18.0171; RTSum-0011620-33.2015.5.18.0171; RTSum-0010319-17.2016.5.18.0171 e RTOOrd-0011581-36.2015.5.18.0171).

Item	Constatações
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho INICIA a execução de ofício (processos: RTSum-0010439-60.2016.5.18.0171; RTOOrd-0011600-08.2016.5.18.0171; RTSum-0011620-33.2015.5.18.0171; RTSum-0010319-17.2016.5.18.0171 e RTOOrd-0011581-36.2015.5.18.0171).
21	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0010199-03.2018.5.18.0171; RTSum-0010211-17.2018.5.18.0171; RTSum-0010222-46.2018.5.18.0171; RTSum-0010152-29.2018.5.18.0171; RTSum-0010114-17.2018.5.18.0171; RTSum-0010161-88.2018.5.18.0171; RTSum-0010137-60.2018.5.18.0171 e RTSum-0010231-08.2018.5.18.0171).
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010816-31.2016.5.18.0171; RTSum-0011737-53.2017.5.18.0171; RTSum-0011756-59.2017.5.18.0171; RTOOrd-0011768-73.2017.5.18.0171; RTSum-0011802-48.2017.5.18.0171; RTSum-0011804-18.2017.5.18.0171; RTSum-0011807-70.2017.5.18.0171 e RTOOrd-0011406-71.2017.5.18.0171).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010816-31.2016.5.18.0171; RTSum-0011737-53.2017.5.18.0171; RTSum-0011756-59.2017.5.18.0171; RTOOrd-0011768-73.2017.5.18.0171; RTSum-0011802-48.2017.5.18.0171; RTSum-0011804-18.2017.5.18.0171 e RTOOrd-0011406-71.2017.5.18.0171).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010816-31.2016.5.18.0171; RTSum-0011737-53.2017.5.18.0171; RTSum-0011756-59.2017.5.18.0171; RTOOrd-0011768-73.2017.5.18.0171; RTSum-0011802-48.2017.5.18.0171; RTSum-0011804-18.2017.5.18.0171; RTSum-0011807-70.2017.5.18.0171 e RTOOrd-0011406-71.2017.5.18.0171).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indicando o rito adotado e o Juiz prolator da sentença, além de indicar os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010816-31.2016.5.18.0171; RTSum-0011737-53.2017.5.18.0171; RTSum-0011756-59.2017.5.18.0171; RTOOrd-0011768-73.2017.5.18.0171; RTSum-0011802-48.2017.5.18.0171; RTSum-0011804-18.2017.5.18.0171; RTSum-0011807-70.2017.5.18.0171 e RTOOrd-0011406-71.2017.5.18.0171).
26	No processo a seguir relacionado, REMETIDO AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento do recurso de forma explícita, no despacho de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processo: RTOOrd-0010814-95.2015.5.18.0171).
27	No processo a seguir relacionado, REMETIDO AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processo: RTOOrd-0010814-95.2015.5.18.0171).
28	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 22/01/2018 e 13/06/2018, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início das audiências é de 26 (vinte e seis) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 9 (nove) processos.
29	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre 22/01/2018 e 13/06/2018, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quinta-feira.
30	Analizados, em 03/05/2018, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 0 (zero) dia para solução de incidentes na fase de execução (processos: 10091-8.2017.5.18.171; 11195-69.2016.5.18.171; 10392-86.2016.5.18.171; 11194-84.2016.5.18.171; 10814-95.2015.5.18.171; 10810-24.2016.5.18.171 e 11486-69.2016.5.18.171).